

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO - SST
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA –
CEAS/SC**

RELATÓRIO FINAL

**IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Florianópolis, SC**



**OUTUBRO
2013**

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST
Diretoria de Assistência Social
Conselho Estadual de Assistência Social

Secretário de Estado

João José Cândido da silva

Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social

Solange Bueno

Diretora de Assistência Social

Simone Vieira Machado

Comissão Organizadora – Conselho Estadual de Assistência Social

Solange Bueno, Elaine Carmelita Piucco, Glorisse Lurdes Benincá, Jerônimo Luiz Duarte Maia, Simone Cristina Vieira Machado, Vânia de Fátima Guareski Souto e conselheiros não governamentais Carolina de Correa Marques, Jadir Fagundes Machado, Kelly Aparecida dos Santos, Maria Antonia Carioni Carsten, Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Ferrer, Sonia Maria dos Santos Fernandes e Livia Maria Fontana.

Relatoria:

Escola de Gestão Pública Municipal

www.egem.org.br

(48) 3221-8800

Equipe:

Darlene de Moraes Silveira

Géssica da Silva

Jaqueline Teixeira

Janice Merigo

Karla Cardoso Borges

Regina Panceri

Rosani Bünzen

Vânia Guareski Souto

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. PAINEL TEMÁTICO	7
3. PLENÁRIAS TEMÁTICAS.....	10
3.1 SÍNTESE AVALIATIVA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11
3.2 RECOMENDAÇÕES.....	14
3.3 PROPOSTAS NOVAS.....	25
4. AVALIAÇÃO DA DINÂMICA DOS TRABALHOS.....	31
4.1 AVALIAÇÃO QUALITATIVA	31
4.2 AVALIAÇÃO QUANTITATIVA	56
5. DELEGADOS PARA A IX CONFERÊNCIA NACIONAL (Apêndice A)..	59
6. FOTOS	65
7. APÊNDICES E ANEXOS.....	68

1. APRESENTAÇÃO

Nos dias 07, 08 e 09 de outubro de 2013, na cidade de Florianópolis, o Oceania Park Hotel foi cenário da realização da IX Conferência Estadual de Assistência Social tendo como tema central: “A gestão e o cofinanciamento para a efetivação do SUAS”. A conferência contou com a presença de 685 delegados.

Estiveram presentes na cerimônia de abertura da conferência, O Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, João José Cândido da Silva, a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Solange Bueno, representando o Prefeito de Florianópolis César Souza Júnior, o Secretário Municipal de Assistência Social Alessandro Balbi Abreu, a Deputada Luciane Carminatti, da frente parlamentar em defesa da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ainda, Leila Pizzato, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Presidente da Comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Arlete Carminatti Zago, a representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dulcelena Alves Vaz Martins, coordenadora geral de execução orçamentária e financeira e diretora executiva substituta do Fundo Nacional de Assistência Social, Ana Cláudia Quege, Presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS) e Daniel Paz do Santos, representante do Fórum Estadual de Assistência Social.

Com a atribuição de presidir a IX Conferência Estadual de Assistência Social, a Presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social, Sra. Solange Bueno ao declarar seu início enfatizou que esta IX Conferência *tem por objetivo analisar, propor e deliberar com base na avaliação local dos municípios do Estado, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados(as) para IX Conferência Nacional de Assistência Social.*

A palestra de abertura foi proferida pela senhora Leila Pizzato, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que abordou a temática central da conferência: “A gestão e o cofinanciamento para a efetivação do SUAS”.

Participaram da IX Conferência Estadual de Assistência Social representantes de Entidades de Assistência Social, Conselhos de Assistência Social, Instituições Públicas, Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social SUAS, Usuários de Assistência Social, bem como participantes da Sociedade Civil, na condição de **delegados (as) e convidados (as)**.

De acordo com o artigo 9º do regimento interno da IX Conferência Estadual de Assistência Social, foram considerados:

I – Delegados (as), aqueles formalmente credenciados, eleitos nas Conferências Municipais de Assistência Social, vedando-se a dupla representação, sendo:

a) Representantes Governamentais.

b) Representantes da Sociedade Civil, considerando entidades e organizações de Assistência Social; entidades representantes dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social SUAS; usuários/organizações de usuários;

II – Delegados (as) Natos: conselheiros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC;

III–Convidados(as): definidos pela Comissão Organizadora devidamente credenciados.

Dados gerais da IX Conferência estadual de Assistência Social:

Estado: Santa Catarina

Município: Florianópolis/SC

Bairro Ingleses - Oceania Park Hotel

Período de realização:

Início: 07/10/2013 Fim: 09/10/2013

Número de participantes: 685

Convidados: 09

Palestrantes: 08

Comissão Organizadora: 13 pessoas.

Outros: 08 (Relatoria)

Total: 723 participantes

Programação:

07 DE OUTUBRO	
13h	Recepção e Credenciamento
15h	Coffee Break e Apresentação Cultural
15h30min	Solenidade de Abertura Apresentação do Hino Nacional pela Cantora Marjory Porto Composição da Mesa de Autoridades
16h30min	Conferência Magna “A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS ” Leila Pizzato - Vice Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS
17h	Debate
17h:20min	Mesa Redonda: “A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS em Santa Catarina” João José Cândido da Silva - Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação Ana Claudia Quege - Presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS Solange Bueno – Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC
18h:20min	Debate
19:00	Leitura e Aprovação do Regimento Interno
21:00	Encerramento
08 DE OUTUBRO	
08h30 min	Painéis 1. O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social 2. Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação 3. Gestão do Trabalho 4. Gestão dos Serviços, Programas e Projetos 5. Gestão dos Benefícios no SUAS 6. Regionalização
11h30 min	Debate
12h	Intervalo para almoço

13h30 min	Plenárias Temáticas 1. O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social 2. Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação 3. Gestão do Trabalho 4. Gestão dos Serviços, Programas e Projetos 5. Gestão dos Benefícios no SUAS 6. Regionalização
15h30 min	Coffee Break
16h	Continuação Plenárias Temáticas
17h30min	Encontro de Coordenadores e Relatores das Plenárias Temáticas com a Equipe de Relatoria para Consolidação das Propostas.
09 DE OUTUBRO	
08h30min	Plenária Final da Conferência Estadual Apresentação das Deliberações por Eixo e Moções 1. O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social 2. Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação 3. Gestão do Trabalho 4. Gestão dos Serviços, Programas e Projetos 5. Gestão dos Benefícios no SUAS 6. Regionalização
11h10min	Aprovação das Moções apresentadas na IX Conferência Estadual de Assistência Social
12h	Intervalo para Almoço
13h30min	Eleição dos Delegados para a Conferência Nacional de Assistência Social
15h	Apresentação dos Delegados
15h30min	Encerramento da IX Conferência Estadual de Assistência Social

2. PAINEL TEMÁTICO:

Antecedendo aos trabalhos das plenárias temáticas foram realizados os seis (6) painéis temáticos da Conferência, conforme abaixo relacionados, destacando-se os objetivos das abordagens temáticas:

1. O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social, Dulcelena Alves Vaz Martins, coordenadora geral de execução orçamentária e financeira e diretora executiva substituta do Fundo Nacional de Assistência Social.

Objetivos:

- a) Avaliar o atual quadro da gestão orçamentária e financeira;
- b) Fortalecer o orçamento próprio para o cofinanciamento da política de assistência social;
- c) Promover o conhecimento sobre o ciclo orçamentário e suas peças, bem como prazos e interlocutores;
- d) Afirmar junto aos gestores o compromisso do cofinanciamento da política de assistência social por meio de mecanismos institucionais e outros, tomando como premissa o exercício do controle social.

2. Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Renata Vieira, SST.

Objetivos:

- a) Avaliar e compreender a concepção da vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação, para o aprimoramento da gestão do SUAS, tomando como premissa o exercício do controle social;
- b) Discutir e analisar a operacionalização da vigilância socioassistencial, enfocando a utilização de todos os sistemas de informação, da organização do diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades.

3. FETSUAS, Gestão do Trabalho, Vânia Maria Machado.

Objetivos:

- a) Avaliar e reafirmar a concepção de gestão do trabalho para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios, tomando como premissa o exercício do controle social;
- b) Discutir a gestão do trabalho na perspectiva da implantação de quadros efetivos de funcionários, de planos de cargos, carreiras e salários, de concurso público;
- c) Qualificar o debate sobre a educação permanente na assistência social.

4. Gestão dos Serviços, Programas e Projetos, Leila Pizzato, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Objetivos:

a) Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade dessas ofertas;

b) Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, programas e projetos, tomando como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e especial;

c) Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe de referência, acessibilidade, equipamentos e horários de funcionamento.

5. Gestão dos Benefícios no SUAS, Assistente Social Roselaine Kamatti.

Objetivos específicos:

d) Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda;

e) Avaliar e fortalecer a gestão dos benefícios e transferência de renda na assistência social, na perspectiva da garantia dos direitos dos usuários e da consolidação do SUAS;

f) Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, benefícios e transferências de renda, na perspectiva da intersectorialidade com as demais políticas públicas.

6. Regionalização, Assistente Social Iraci de Andrade.

Objetivos específicos:

a) Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada dos entes federados, visando à garantia da integralidade de acesso às proteções, resguardando as diversidades regionais, culturais e étnicas;

b) Promover debate sobre o desafio da intersectorialidade das políticas públicas, na perspectiva da regionalização;

c) Reconhecer as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas expressões (questão fronteiriça, imigração, migração, grande obras e megaeventos) tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais.

3. PLENÁRIAS TEMÁTICAS

Seguiram-se as plenárias temáticas, realizadas simultaneamente em número de 6 (seis) Eixos, conforme definido na programação para o dia 08 de outubro de 2013, no horário compreendido entre 13h:30min e 17h:30min.

As Plenárias Temáticas foram constituídas de um coordenador, conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS responsável pela logística, suporte e apoio aos facilitadores e relatoria; dois facilitadores sendo um técnico da Secretaria de Estado de Assistência Social e um convidado da Comissão Organizadora com a atribuição de conduzir as discussões relativas ao tema com base nas deliberações municipais e estadual; um relator, escolhido entre os participantes com a atribuição de registrar as discussões e deliberações da Plenária Temática em instrumento próprio fornecido pela Comissão Organizadora da IX Conferência Estadual e apresentá-lo na Plenária Final.

A partir de um instrumental previamente elaborado pela equipe de relatoria, as plenárias temáticas trabalharam a partir da compilação das avaliações e deliberações municipais e Estadual, em conformidade com as indicações no Informativo nº 9 do Conselho Nacional de Assistência Social, que orienta a inclusão de dados no SISConferência. Portanto, foram três instrumentos de trabalho para as plenárias temáticas, são eles: Síntese avaliativa da Política de Assistência Social, apontando os avanços e dificuldades na implementação da política de assistência social; Recomendações da IX Conferência Estadual de Assistência Social, referente a compilação das deliberações nas Conferências Estaduais de 2005, 2007, 2009 e 2011. Por fim, o instrumental com as novas propostas, cujo material encaminhado às

plenárias temáticas referem-se a compilação das deliberações constantes nos relatórios das conferências municipais do estado de Santa Catarina. Foram compiladas as informações de 275 relatórios municipais.

As plenárias temáticas encaminharam a elaboração e a deliberação das moções a serem submetidas à plenária final. Foram deliberadas na plenária final 55 moções de apoio, repúdio, indignação, congratulação e/ou recomendação.

Segue a sistematização dos instrumentais aprovados nas plenárias temáticas e deliberados pela plenária final pelo conjunto dos delegados/as presentes à IX conferência Estadual de Assistência Social.

3.1 SÍNTESE AVALIATIVA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EIXO 01 – O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Avanços	Dificuldades	Outras observações
Cofinanciamento dos benefícios eventuais e da proteção social básica		Aprimorar o sistema de comunicação com os municípios;
Utilização de recursos da alta e media complexidade para investimento.	Falta de um percentual mínimo garantido em lei para a assistência social	Implantar o sistema de informação do SUAS em Santa Catarina e garantir o monitoramento
Contratação da equipe de execução do capacita SUAS.	Dificuldades em atender as exigências de documentação para construção de CREAS e CRAS	
	Falta de apoio técnico e administrativo	
	Falta de apoio para implantar a intersetorialidade	

EIXO 02 - GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIO ASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Avanços	Dificuldades	Outras observações
	- Não formalização da equipe da SST para a vigilância Socioassistencial . -Falta de recursos humanos para compor equipe de vigilância socioassistencial.	

EIXO 3- GESTÃO DO TRABALHO

Avanços	Dificuldades	Outras observações
Realização de Concurso Público.	Recursos Humanos Insuficientes.	
Elaboração e execução do PEC SUAS/ Santa Catarina.	Ausência de PCCS SUAS e da mesa de negociação do SUAS.	
Criação do FETSUAS/SC.	Falta de profissionais capacitados com experiência prática para oferecer assessoria técnica para os municípios.	

EIXO 04- GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Avanços	Dificuldades	Outras observações
Não apresentado	Não apresentado	Não apresentado

EIXO 5- GESTÃO DOS BENEFÍCIOS DO SUAS

Avanços	Dificuldades	Outras observações
Reconhecimento dos benefícios eventuais como direito de cidadania e inserção ao SUAS	Ausência de serviço com estrutura técnica compatível	
Cofinanciamento estadual para benefícios eventuais	Valor insuficiente para Cofinanciamento estadual para benefícios eventuais	
Os benefícios de transferência de renda injetam grande valor na economia local	Valor baixo e cobertura insuficiente dos benefícios de transferência de renda	
Mobilidade social e protagonismo das famílias beneficiárias dos programas socioassistenciais	Inserção e participação dos usuários nos programas e serviços ofertados	

EIXO- 06 - REGIONALIZAÇÃO

Avanços	Dificuldades	Outras observações
A Regionalização ser um dos eixos norteadores na IX Conferencia	Ausência de normatização dentro do SUAS.	
Início do processo de discussão e construção da realidade socioterritorial no Estado de Santa Catarina.	Ausência de diagnostico socioterritorial para ordenar os serviços.	
	A fragilidade na composição dos quadros técnicos das SDRs, para apoio a gestão do SUAS	

3. 2 RECOMENDAÇÕES

EIXO 1: COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Regulamentar, por meio do instrumento jurídico cabível, o Art. 28 da LOAS que trata do cofinanciamento das 3 (três) esferas de governo, prevendo mecanismos de controle social;	x	x	x
Estabelecer compatibilidade entre pisos de proteção social e custos dos serviços, considerando as diferenças regionais e inserção no PPA, LDO E LOA;	X	X	X
Cofinanciar ações regionalizadas e consórcios públicos intermunicipais para implantação de serviços de proteção social especial de média e alta complexidade;	x	x	x
Efetivar o repasse dos recursos estaduais de fundo-a-fundo, assegurando o cofinanciamento dos serviços e benefícios (eventuais) de forma continuada;		x	
Alocar no Fundo de Assistência Social todos os recursos para as ações finalísticas da Assistência Social, inclusive de emendas parlamentares, multas e doações;	x	x	x

**EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL,
PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

DESCRIÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Efetivação do sistema de vigilância social;		X	
Implantação no âmbito da instituição gestora estadual, de setor de vigilância social, apoio sociojuridico e ouvidoria;		X	
Identificar 100% da rede de proteção socioassistencial e avaliar a quantidade e a qualidade da oferta dos serviços, tendo como referência a demanda;	X	X	X
Consolidar a Rede SUAS por meio do uso e do incremento de informações nos sistemas de gestão local, de registros, de notificação de vulnerabilidades e riscos sociais integrando todos os serviços e benefícios em rede, com dispositivo de notificação de agravos sociais e prontuário de atendimento com padrão nacional;	X	X	X
Elaborar padrões de qualidade da gestão e do funcionamento de Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional de Assistência Social para efetuar o monitoramento e avaliação da gestão e do controle social;	X	X	X

Contribuir para que os trabalhadores, usuários, gestores, conselheiros e a sociedade civil tenham o domínio completo dos sistemas da Rede SUAS;	X	X	X
Estabelecer diretrizes conjuntas e protocolo padrão mínimo para sistemas estaduais de informação;		X	
Incentivar e apoiar a produção de conhecimento no âmbito da assistência social, com a disponibilização de 100% da base de dados corporativa do SUAS, integrando os sistemas específicos municipais, DF e estaduais, bases nacionais e com o Cadúnico;	X	X	X
Consolidar o processo de monitoramento de Projetos, Serviços, Benefícios Socioassistenciais;		X	
Definir indicadores, índices e taxas para monitoramento e avaliação do modelo socioassistencial em todas as suas dimensões;		X	X
Desenvolver sistema informatizado para o acompanhamento do processo de habilitação dos municípios;		X	
Organizar sistema específico de informações, acessível aos usuários e à sociedade em geral, sobre os serviços, orçamentos e investimentos das 3 (três) esferas de governo na	X	X	X

área da política de assistência social;			
Criar sistema informatizado específico para os conselhos de assistência social, que permita a informatização completa do processo de inscrição/retificação e fiscalização das entidades, garantindo, inclusive, consulta aberta e em rede, aos interessados sobre a situação processual, bem como sobre os critérios de parceria com organizações e entidades de assistência social;	X	X	X
Elaborar e efetivar, com os Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social, os planos de monitoramento e avaliação dos programas, projetos, serviços e benefícios da política de assistência social;	X	X	X
Promover o reordenamento institucional e programático dos órgãos gestores da assistência social para adequação ao SUAS;	X	X	X
Criar, efetivar e manter equipe técnica para realizar o monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;		X	
Estabelecer mecanismos de cobrança das obrigações do Estado, no que tange à política, por meio de	X	X	X

articulação com os COEGEMAS, CIBs, fiscalização do TCE, Poder Judiciário, Ministério Público e dos Conselhos de Assistência Social;			
Incentivar a implantação e/ou ampliação de espaços de defesa social, defensoria pública, delegacias especializadas, ouvidorias, centrais de atendimento e fomentar a organização de fóruns de caráter regional ou municipal;	X	X	X
Criar, garantir e implantar mecanismos de informação, integração e reuniões descentralizadas dos Conselhos de Assistência Social nas 3 (três) esferas governamentais, articulação entre eles e publicização, em tempo hábil, de seus calendários e suas resoluções;	X	X	X
Efetivar assessoria, monitoramento e avaliação das gestões municipais, com profissionais contratados por concurso público e infraestrutura para visitação aos municípios e/ou regionais, inclusive nos municípios que ainda não implementaram o CRAS;		X	
Extinção das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Regional (SDR's), ante à precariedade de ações, frente à falta de equipes profissionais na área da assistência social;		X	

Elaboração de estudos regionalizados sobre a gestão da assistência social no Estado;		X	
--------------------------------------------------------------------------------------	--	---	--

EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO

DESCRIÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Elaboração e implementação do Plano Municipal, Estadual e Nacional de Capacitação para os trabalhadores do SUAS, garantindo capacitação continuada e articulada às demais políticas intersetoriais, com cofinanciamento das três esferas de governo;		X	X
Criar plano de carreira, cargos e salários, com a participação dos trabalhadores sociais e suas entidades de classe representativas;		X	X
Contribuir com o estabelecimento da política de recursos humanos do SUAS que garanta: a) melhoria das condições de trabalho; b) isonomia salarial entre os trabalhadores da assistência social; c) definição da composição de equipes multiprofissionais, formação, perfil, habilidades, qualificação, etc.; d) definição de piso salarial para as categorias profissionais da área de assistência social, em negociação		X	X

com as entidades dos trabalhadores;			
Regular e dotar as condições adequadas de trabalho do órgão gestor quanto a: a) espaço físico; b) material de consumo e permanente, equipamentos e veículos;		x	x
Contribuir em conjunto com o MEC na formulação de residência para os profissionais da assistência social;		x	x
Implementar as mesas de negociação do SUAS nas três esferas de governo;		x	x
Constituição de Secretaria de Estado da Assistência Social com infraestrutura adequada e quadro de recursos humanos necessários para a gestão estadual;		x	
Realização de concurso público para contratação de técnicos na Secretaria Setorial e nas SDR's para acompanhamento e assessoramento à implantação do SUAS no Estado e nas regionais;		x	
Criação das condições para que os técnicos do estado possam realizar		x	

assessoria aos municípios para a operacionalização do SUAS;			
-------------------------------------------------------------	--	--	--

EIXO 4: GESTÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

DESCRIÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Equipar com infraestrutura tecnológica 100% dos CRAS e CREAS.	X	X	X
Universalizar a proteção social básica em territórios vulneráveis.	X	X	X
Garantir equidade de atendimento entre áreas urbanas e áreas rurais.	X	X	X
Implantar serviços de cuidado no domicílio para famílias de idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade em todos os municípios habilitados na gestão básica ou plena do SUAS.	X	X	X
Articulação entre as Secretarias Estaduais de Assistência Social e Saúde.		X	
Execução pelo órgão gestor estadual do monitoramento e assessoria continuada de CRAS, CREAS, entidades da sociedade civil e seus respectivos serviços socioassistenciais, com retorno das questões observadas para serem adequadas ao previsto na Tipificação Nacional, na NOB/SUAS e na NOB-RH/SUAS através de “Plano de Providências” com devido acompanhamento, bem como, com base no monitoramento viabilizar processos de qualificação continuada de gestores, trabalhadores e usuários da rede socioassistencial.		X	

EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS DO SUAS

DESCRIÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Equiparar as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência com aquelas aplicadas ao idoso, não computando o valor do benefício já concedido ao idoso ou à pessoa com deficiência, no cálculo da renda <i>per capita</i> familiar para fins de acesso de outro membro da Família;			X
Garantir a efetivação dos benefícios eventuais e expandir o percapita para meio salário mínimo;	X	x	
Integrar serviços e benefícios em todos os municípios habilitados no SUAS; (CIT)	X	X	X
Regulamentar, incrementar e implantar a oferta de benefícios eventuais em norma específica, reconhecendo-os como um direito no âmbito do SUAS, respeitadas as regulamentações do CNAS;	X	X	
Implementar sistemática de avaliação de resultado do BPC na vida dos beneficiários;	X	X	X
Alcançar 100% de cobertura das pessoas idosas e com deficiência que atenderem aos critérios, para acesso ao BPC;	X		

Acompanhar 100% das famílias inseridas no Programa Bolsa-Família;	X		
Contribuir com o acesso e a permanência de todas as pessoas com deficiência até 18 anos, beneficiárias do BPC, na rede de ensino;	X	X	X

EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

DESCRIÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Reordenamento dos serviços regionais, dotando as SDR's de equipe técnica própria como referência para o desenvolvimento das ações da Política e do SUAS, com recebimento de capacitação continuada pela Secretaria Setorial;		X	
Realização de diagnóstico e mapeamento das demandas dos municípios, e das demandas regionais para implementação dos CREAS ;		X	
Estruturação das SDR's na área de assistência social para que possam agilizar procedimentos em relação a estes serviços, através dos Comitês Temáticos de Assistência Social, definindo os serviços, locais de implantação ou a necessidade de expansão e qualificação daqueles existentes.		X	

Em relação as recomendações para as demais políticas públicas e judiciário, não foram apresentadas pelas plenárias temáticas.

3. 3 PROPOSTAS NOVAS

EIXO 1 O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Garantir flexibilidade na aplicação dos recursos repassados Fundo a Fundo, conforme critérios da CIB e aprovados pelo CEAS.
Cofinanciamento do estado para a proteção social básica e especial para todos os municípios, conforme critérios da CIB e aprovados pelo CEAS;
Extinção do Fundo Social até 2015, direcionando os recursos para o FEAS;
Que os recursos da Função 08 do Fundo Social sejam alocados no FEAS;
Instituir comissão estadual com representantes da SST, COEGEMAS, CIB, CEAS, para: a) elaboração de diagnostico orçamentário estadual do custo operativo da politica de assistência social com objetivo de instituir um percentual mínimo para cofinanciamento do estado; b) Elaboração de projeto de lei estadual da Política de Assistência Social com prazo de conclusão e garantia de orçamento para os trabalhos financiados pelo fundo estadual.
Que o Estado execute seu orçamento conforme NOB-2012 por bloco de financiamento, estabelecendo piso fixo e variável, garantindo inclusive o uso de até 60% para ampliação do quadro efetivo de recursos humanos.
Instituir a Secretaria de Estado da Assistência Social para fortalecer o comando único da Política de Assistência Social.

Que o Estado aloque recursos para garantir a regionalização dos serviços da alta complexidade.

Definir cofinanciamento para os municípios que não tem CREAS (menos de 20.000 habitantes) e tem a equipe de referência de Proteção Social Especial de Média Complexidade atendendo.

Criar e atualizar os marcos regulatórios da Política de Assistência Social que cria o SUAS em SC.

Criação do IGD SUAS Estadual.

EIXO 2

GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Instituir processos sistemáticos de monitoramento e avaliação da execução da Política de Assistência Social pelo Estado em todos os municípios.

Implantar a vigilância socioassistencial contemplando a gestão da informação monitoramento e avaliação e planejamento com equipe técnica especializada para execução das ações conforme preconiza a NOBSUAS 2012 com prazo de implementação até 2014.

Implantar sistema informatizado que possibilite a coleta e o armazenamento de dados e a análise de informações relativas ao SUAS no Estado até o ano de 2014.

Cofinanciar pesquisas, estudos, diagnósticos e o geoprocessamento de dados referentes aos municípios, possibilitando o atendimento às demandas identificadas.

Garantia de equipe técnica suficiente para o cumprimento das responsabilidades do Estado no SUAS na SST com capacitação continuada, realizando concurso público, a médio prazo, para todos os profissionais da área, conforme NOB-RH/SUAS e resolução CNAS 17/2011.

EIXO 3
GESTÃO DO TRABALHO

Garantir a implantação e execução da Política Nacional de Educação Permanente e o Plano Estadual de Capacitação do SUAS para todos os atores da Política de Assistência Social, que alcance todos os municípios, de acordo com a realidade local e suas particularidades;

Garantir a realização de Concurso Público para formação de quadro efetivo de servidores com lotação garantida no SUAS conforme NOB/RH SUAS e Resolução 17 do CNAS 2011;

Garantir a criação e execução do Plano de Carreira, Cargos e Salários para os trabalhadores/trabalhadoras da Política de Assistência Social construído coletivamente, assegurando estabilidade funcional, possibilidade de ascensão na carreira, piso salarial com isonomia, e com definição de requisitos, competências e perfis profissionais.

Garantir que a definição dos coordenadores dos equipamentos sociais públicos seja feita por meio de eleições democráticas diretas entre os servidores de carreira do serviço.

Garantir a jornada de trabalho de 30h semanais para todos os trabalhadores do SUAS, sem a redução do salário, assegurando a ampliação do horário de atendimento a população.

Garantir que o percentual dos recursos federais do SUAS seja aplicado no pagamento de profissionais Art6-E da Lei 12435/2012.

Criar material em formato acessível de orientação de referência técnica para instituições de alta complexidade (Residência Inclusiva, Abrigos e Instituição de Acolhimento para

Adultos e suas famílias).

Assegurar o cumprimento da NOB-RH/SUAS quanto a definição do número de famílias e indivíduos por equipe de referência.

EIXO 4

GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Efetivar a participação do Estado para o cofinanciamento dos serviços de atendimento de proteção básica e proteção especial, com valores e percentuais à serem definidos pela CIB na estruturação física e na sua manutenção, com acessibilidade dentro das normas da ABNT e recursos humanos, garantindo o acesso do público-alvo das ações da Política de Assistência Social.

Garantir equipe técnica qualificada e acessível no órgão gestor do Estado para assessoria e acompanhamento da rede socioassistencial governamental e não governamental dos municípios, para efetivação do vínculo SUAS.

Ampliar a cobertura dos serviços de alta complexidade mediante o cofinanciamento que obedecem a um padrão de qualidade de atendimento compatível com as normativas do SUAS;.

Garantir o cofinanciamento do Estado para a manutenção das equipes de referência especializadas no órgão gestor do município para desenvolver os serviços de medidas socioeducativas, integrado ao SINASE.

Implantar e/ou implementar até julho de 2015 a Política Nacional de Atendimento a Migrantes e População em Situação de Rua em âmbito estadual, promovendo o acesso

integral aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Definição de concepções, atribuições e competências no acompanhamento a usuários de substâncias psicoativas pelas políticas de saúde e assistência social, garantindo que os recursos para tratamento sejam provenientes do Fundo de Saúde e articulação intersetorial das Políticas Públicas.

Ampliar a equipe técnica de assistência social do estado de SC nos dois níveis de proteção, por meio de concurso público até 2015 para garantir o acompanhamento e assessoramento dos municípios no âmbito do SUAS.

Efetivar o reordenamento institucional para adequar as funções essenciais de gestão (NOB-RH/SUAS) e das legislações relativas a serviços/benefícios, adequando-as à tipificação dos serviços socioassistenciais.

Fiscalização CEAS/Estado quanto à execução dos serviços programas e projetos

Intensificar a publicização dos serviços, programas, projetos e benefícios de forma acessível ao público alvo da Política de Assistência Social ofertados no âmbito do SUAS.

Garantir a articulação entre as gerências da SST de modo que fortaleça as ações entre os níveis de proteção, refletindo no assessoramento dos serviços no âmbito municipal.

EIXO 5

GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS

Divulgar por todos os meios de comunicação e a curto prazo, a Lei 6.185\82 (com suas diversas reformulações), que institui pensão especial estadual a pessoa com deficiência;

Ampliar e garantir o repasse financeiro fundo a fundo por parte do governo do estado para os benefícios eventuais;

Divulgação ampliada dos benefícios socioassistenciais na esfera estadual quanto a objetivos e formas de acesso;

EIXO 6

REGIONALIZAÇÃO

Criar CREAS Regionalizados – Equipes itinerantes com cofinanciamento de Equipe técnica pelo Estado;

Criar Fóruns Regionais sob a responsabilidade da SST, com objetivo de realizar o controle social de forma descentralizada, garantindo a participação das comunidades tradicionais.

Ampliar, promover e fortalecer a intersectorialidade das políticas públicas e controle social na perspectiva da regionalização, reconhecendo as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas expressões, tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais;

Descentralizar as atividades da CIB, criando comissões intergestoras em macrorregiões do Estado.

Garantir que a proposta da definição das macrorregiões da assistência social e, o papel que ira desenvolver no processo de regionalização, seja definida pelas assembleias regionais da CIB, com o acompanhamento do CEAS.

Instalar novos equipamentos e reordenar os equipamentos já existentes da alta complexidade, após deliberação nas comissões intergestoras regionais, e cofinanciados pelo Estado.

4. AVALIAÇÃO DA DINÂMICA DOS TRABALHOS

4.1 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

MUNICÍPIO: Rio do Sul	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Poderia ser implantado a ginástica laboral no meio das apresentações. Coordenação mais objetiva na Plenária. Muita conversa paralela.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Regimento Interno foi diversas vezes desrespeitado. A palestra magna foi prejudicada no tempo. Não foram lidas as recomendações na Plenária conforme constava no Regimento Interno.	
MUNICÍPIO: Gaspar	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Alguns painelistas apenas leram a apresentação. Descumprimento do horário da programação. Número de lixeiras insuficiente. Desorganização das falas dos participantes no momento da leitura do Regimento Interno. Ausência de representantes do Tribunal de Justiça, MP, Imprensa. Linguagem pouco acessível a alguns usuários que inclusive manifestaram a dificuldade. Pouca participação dos usuários e gestores da P.A.S. Ótima apresentação da Dulcelena e da painelista do Eixo 6. Consideração em relação as necessidades de alimentação especial.	

Ótima lembrança e agradecimento aos intérpretes de libras.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

A estrutura física e credenciamento estavam muito bons e atenderam as expectativas dos participantes.

Entretanto, as pessoas que conduziam os trabalhos no eixo (4) e na Plenária Final tinham dificuldade de esclarecimento quanto às propostas, pouca resolutividade na discussão, pareciam desconhecer o Regimento Interno e, no eixo, pareciam desconhecer ainda as orientações do CNAS quanto às propostas, pois passaram informações equivocadas aos participantes.

Sugiro que, na próxima, definam pessoas com facilidade de direção e resolução para coordenar as mesas.

Absurdo propor que as recomendações não sejam lidas! Descumprimento total do Regimento Interno e indução de propostas sem discussão ou aprovação.

MUNICÍPIO: Não informou.

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

O Regimento previa certificação para todos os participantes, contudo os convidados não receberam.

De modo geral a Conferência foi conduzida de forma desorganizada, os debates não apresentavam embasamento técnico, faltou posicionamento da SST nas discussões.

O CEAS demonstrou falta de habilidade.

Os usuários foram hospedados em locais separados dos demais membros do município.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Conferência desorganizada. Os debates foram superficiais, sem embasamento técnico e teórico. Ausência da Secretaria de Estado de A.S.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Gostaria muito de acreditar que as avaliações sejam realmente levadas em consideração para o aperfeiçoamento das posteriores. Não é o que vem ocorrendo. Já, participei de outras, inclusive com os mesmos coordenadores e tudo vem piorando. Lutamos por conquistar direitos à população por nós atendida, enquanto deixamos os nossos serem desafiados. Queremos sim, ter melhorias significativas quanto às Conferências Estaduais.

MUNICÍPIO: Não informou.

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Banheiros sujos; Coordenação desorganizada; A Sra Livia não tem condições de conduzir os trabalhos, pois não tem postura e é arrogante.

MUNICÍPIO: Guabiruba

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

A organização deixou um pouco a desejar, pois em algumas ocasiões os profissionais estavam um pouco deslocados (perdidos), mas nada que não possa ser corrigido para uma próxima Conferência.

MUNICÍPIO: Não informou.

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Sugerir através deste espaço, que a coordenação dos trabalhos, principalmente a Conselheira Livia reveja sua atuação, visto que foi grosseira em suas falas. Banheiros sujos.

MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Já participei de outras Conferências, mas essa superou. Má organização, não cumpriram a programação nos horários. Alguns palestrantes deixaram muito a desejar.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Falta de atenção com relação ao almoço dos delegados não governamentais no dia 07-10-13. Melhorar organização da mesa coordenadora da Conferência, pois houve falta de condução dos trabalhos.	
MUNICÍPIO: Jaraguá do Sul	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Criar uma comissão interregional para auxiliar na organização do evento. Criar um momento para os não governamentais entre a Conferência Municipal e Estadual, para capacitá-los sobre os temas que serão abordados. Melhorar muito a organização e logística das ações totais da Conferência. Coloco-me a disposição para esclarecimentos: (47) 8849-5146	
MUNICÍPIO: Porto União	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - A equipe organizadora precisou saber como presidir a Plenária com muito mais segurança. Ficaram muito confusas as informações.	
MUNICÍPIO: Porto União	

DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - A equipe organizadora precisa saber como presidir a Plenária com muito mais segurança, pois ficou muito confuso as informações.	
MUNICÍPIO: Florianópolis	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - O Regimento Interno deve ser aprovado após a mesa de abertura. Após a aprovação deve ser a Conferência Magna. Se já aprovado que para ser candidato a delegado para a Conferência Nacional 100% de frequência e que era necessário assinar frequência após o término das atividades, considerando que o justo seria que nos dias seguintes a frequência fosse assinada somente após o início das palestras, e não até as 10:00hs como ocorreu, pois foi penalizado somente quem não ficou até o final do 1º dia. Quem chegou atrasado não foi penalizado.	
MUNICÍPIO: Não informou.	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Não cumprimento do regimento interno.	
MUNICÍPIO: Otacílio Costa	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - O regimento interno deve ser aprovado no início da conferência; Falta de cumprimento dos horários; Desorientação das equipes de coordenações dos diversos trabalhos.	
MUNICÍPIO: Brusque	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Leitura e aprovação do regimento interno no início da conferência.	
MUNICÍPIO: Não informou.	

DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Sobre a comunicação quanto ao lugar onde seria feito a Conferência: não recebi nenhum e-mail avisando algo sobre e nem eu nem minha acompanhante sabíamos que seria “dado” vaga em hotel pelo governo.	
MUNICÍPIO: Anitápolis	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Maior tempo para discussão dos eixos e plenária final; Material impresso ou enviado por e-mail, afim de ser estudado antes das discussões.	
MUNICÍPIO: Rio Fortuna	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Falta de organização; Hospedagem dos não-governamental muito longe.	
MUNICÍPIO: Balneário Camboriú	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Ausência de material impresso para ser trabalhado nos eixos, dificultou trabalhos; Coordenação geral da conferência e eixos bastante confusa e pouco preparada para condução dos trabalhos.	
MUNICÍPIO: Tubarão	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Os painelistas que utilizaram a metodologia de leitura para explanação dos seus temas, foram extremamente infelizes, pois tornou-se muito cansativo a apreciação dos referidos painéis.	
MUNICÍPIO: Não informou.	

DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Falta de organização da coordenação.	
MUNICÍPIO: Vargem	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Que a organização do evento esteja preparada para receber o público, que os locais das temáticas sejam mais arejados e com microfone.	
MUNICÍPIO: Orleans	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Faltou a presença de equipe médica no local do evento. O evento apresentou falha quanto a organização dos membros da mesa. Quanto aos palestrantes senti meio seu domínio a matéria.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Falta de organização de um modo geral. Local de difícil acesso. Regimento Interno deveria ser lido no início da Conferência. Falas e posicionamentos contraditórios no Regimento Interno. Discriminação em relação aos delegados. Ausência de material informativo nos painéis.	
MUNICÍPIO: Florianópolis	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Localização do evento péssima para quem reside na Grande Florianópolis, tem que ser na região central.	

Almoço caro, não recebemos diária.

Falta de material para a Plenária Temática, precisamos ter a cópia dos documentos em mãos.

MUNICÍPIO: São João do Oeste

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Falta de pontualidade no sentido de cumprir o horário conforme programação.

A aprovação do Regimento Interno deveria ser no início das atividades.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Deu-se muita atenção as propostas dos anos anteriores e pouca atenção à propostas da nova realidade.

Falta de respeito e organização de algumas pessoas, sendo que nem todos tiveram vez e voz referente às propostas.

Diante disso, deu-se a impressão de ser manipulado.

Deveriam estar todas as propostas.

Estou insatisfeita com o Eixo 5.

MUNICÍPIO: Itapiranga

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Sugestão - na abertura fazer uso da palavra as pessoas chaves do Evento, para guardar tempo aos painelistas.

Painelistas preparados (melhor) para falar espontaneamente, como algumas pessoas fizeram com total domínio.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

A abertura foi longa e cansativa.

A Plenária não foi bem organizada, a metodologia não deu conta dos trabalhos, muito enrolada.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Minha avaliação é boa.

Só iniciou no horário o primeiro dia, daí o povo se apressa para estar no ligar.

Seguir firme no cumprimento dos horários.

MUNICÍPIO: Catanduvas

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL

Hotéis despreparados para o evento.

Os conferencistas mal trabalhados.

Painelistas não há necessidade e momentos de falarmos.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL –

Despreparo da coordenação.

Não tinha domínio do grupo.

Não cumprimento do Regimento.

MUNICÍPIO: Joaçaba

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Organizar hospedagem para sociedade civil nos mesmos hotéis por regiões.

Falta de pessoal para organização da Plenária Final (pessoas para levar microfone, para contar os votos...)

MUNICÍPIO: Joaçaba	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Disponibilizar hospedagem para a sociedade civil, em local que possa atender melhor as “delegações” da região do meio oeste no mesmo hotel. Fazer a leitura do regimento no início da Conferência evitando alguns transtornos. Definir com antecedência quem será responsável por cada etapa/eixo/apoio e capacitá-los para tal. A desorganização das plenárias foi vergonhosa. Necessidade de pessoas da saúde para atender “emergência”. Definir quantidade de moções por eixo ou então compilar as semelhantes nomeando os elaboradores.</p>	
MUNICÍPIO: Chapecó	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Sugiro que no início de cada atividade sejam repassadas as informações necessárias para a realização das atividades, a fim de esclarecer a todos os participantes, de maneira clara, a condição delas e seus objetivos.</p>	
MUNICÍPIO: Chapecó	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Deve-se rever alguns casos, como os plenaristas.</p>	
MUNICÍPIO: Chapecó	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Muita abertura pela mesa coordenadora para todos os pronunciamentos. Deveria haver mais controle. A coordenação dos grupos deixou muito a desejar, sendo vergonhosa sua condução, principalmente no eixo 2. Deveria ser seguida a programação e não abrir fala para todos, como documentos antes da eleição dos delegados.</p>	

MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - A organização, coordenação deixaram muito a desejar. Só houve preocupação com a sociedade civil, o almoço oferecido era caro. O lanche insuficiente, quem permanecia para as discussões não conseguia lanchar.</p> <p>Nos painéis houve muita leitura, deixando a atividade massante, as leituras poderiam ter sido feitas em casa reduzindo assim o tempo da Conferência, sendo mais produtivo.</p> <p>Início das atividades com atraso, não cumprindo a programação.</p>	
MUNICÍPIO: Rio Fortuna	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Alguns painelistas fizeram leitura do material, parecendo não dominar e/ou não estarem preparados para a temática;</p> <p>Painel cofinanciamento obrigatório da A.S foi muito bem explanado, em um curto espaço de tempo.</p>	
MUNICÍPIO: Não informou.	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- A condução da plenária foi desorganizada, não parecia ter conhecimento do regimento interno, se contradiziam; Os organizadores das plenárias temáticas não souberam conduzir e organizar os trabalhos.</p>	
MUNICÍPIO: Não informou.	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Com todo o respeito e admiração que tenho pela Solange, mas temos que ser sinceros quanto a dificuldade da mesma coordenar a aprovação das propostas levantadas e produzidas pelos conferencistas, pelo fato de que o movimento de votação exige a visualização e, devido a sua limitação, outros componentes assumem sem a mesma</p>	

agilidade.	
MUNICÍPIO: Balneário Camboriú.	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Gostaria que na próxima conferência estivessem mais organizados em relação aos eixos e assuntos abordados; Surpreendeu que em um evento tão grande não tivesse uma ambulância ou um espaço para primeiros socorros.	
MUNICÍPIO: Alto Bela Vista	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Deveriam ter começado a conferência com leitura e aprovação do Regimento Interno; Hospedagem deveria ser mais perto, não prejudicando e criando transtornos a ninguém.	
MUNICÍPIO: Não informou.	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Fica o desejo que as deliberações e decisões do “todo” sejam levadas a sério nos próximos 2 anos.	
MUNICÍPIO: Águas Frias	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Muita coisa não teve tempo suficiente pelo motivo da falta de cumprimento dos horários. Coordenação despreparada. Falta de equipamentos (microfone) no momento dos estudos do eixo.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -	

Gostaria que o tempo fosse mais aproveitado com menos atrasos, mais facilitadores, menores filas para o credenciamento.

Sugestão: term maior equipe para realizar a conferência “poderia ser pessoas técnicos ou sociedade civil”, das macro e microregiões para melhor referência ao público da Conferência.

MUNICÍPIO: Não informou.

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Pelo valor que foi pago pelo governo, quer dizer, pela população, estava muito ruim.

MUNICÍPIO:Jaraguá do Sul

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Que termine as perguntas ou questões no tempo, mais organização.

Eu achei fora da lei o tempo da plenária, porque esta escrito 21hs e deveria ter o limite. 21hs é 21hs.

MUNICÍPIO: Jaraguá do Sul

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Eu creio que deveria ter mais encontros dos municípios.

Estou bastante chateado, com as inscrições para delegado, porque não ficamos até as 21:30 hs no dia 07-10 e não foi colocado que tinha que assinar, agora eu vou ser excluído de me candidatar para ser delegado em Brasília, e seria o meu sonho de ir, mas colocaram os não governamentais em um hotel muito longe.

MUNICÍPIO: Concórdia

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

É imprescindível que o Regimento Interno seja lido no início de uma Conferência, jamais poderiam ter deixado para o final.

Também não seguiram corretamente o Regimento Interno, intervenções em demasia.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Sugestão para que sejam descentralizadas as conferências para o oeste, pois é muito distante.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Sugestão para que sejam descentralizadas as conferências para a região Oeste. Chapecó, São Miguel do Oeste, Xanxerê, aí vocês conheceriam nossa realidade e a distância.	
MUNICÍPIO: Joaçaba	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Informações não claras, pouco repassadas; Programação desorganizada, não cumprindo os horários estabelecidos; Pessoal despreparado para organizar plenária.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - A conferência deixou muito a desejar. Muito fraca em termos de palestras e painelistas. As pessoas da organização e do apoio também demonstraram despreparo, principalmente para atender aos participantes. As pessoas da recepção foram muito grosseiras. Nos grupos temáticos faltou material para trabalharmos. Atraso em todos os momentos, desrespeito com quem chegou no horário.	
MUNICÍPIO: Luzerna	

DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Numa próxima oportunidade de conferência, capacitações, eventos, as cidades próximas deveriam ficar em hotéis juntos, não tão distantes; Precisamos evoluir nas discussões e propostas para a política. Infelizmente muitos pensam ainda no em próprio, não no estado como um todo.</p>	
MUNICÍPIO: Bocaína do Sul	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Falta de comunicação ou abordagem. A empresa de eventos contratada deixou muito a desejar.</p>	
MUNICÍPIO: Não informou.	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Já participei de várias conferência e vejo cada vez mais pessoal sem competências técnica para coordenar eventos; Pessoas técnicas da SST sendo estúpidas com os delegados; Deve haver mais capacitações para os trabalhadores da SST, para lembrá-los que não são detentores do poder; No eixo 5, o qual participei, a coordenadora tentava manipular as propostas para o Estado.</p>	
MUNICÍPIO: Bocaína do Sul	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Selecionar palestrantes que não venham ler os temas. Quero dar os parabéns aos que não leram, Leila Pizzato, Dulcelena. O primeiro dia não deve se estender muito no horário da noite, todos os municípios vem de longe, fica muito cansativo.</p>	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

A coordenação e os facilitadores da Plenária Temática - Gestão do SUAS, não estavam preparados e capacitados para coordenar o grupo de trabalho. Não apresentavam liderança e argumentos de decisão e ainda não tinham conhecimento do que é Moção. Os painelistas ficaram na leitura e pouco explicavam, ficando cansativo.

MUNICÍPIO: Imbituba**DELEGADO** (X)**CONVIDADO** ()**BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -**

A leitura do Regimento Interno da Conferência não poderia ocorrer no final dos trabalhos do dia, uma vez que as informações ficaram distorcidas. Na maioria dos municípios o Regimento Interno foi lido no começo e na Estadual ocorreu o contrário. As pessoas que vieram de longe não foram respeitadas e a organização do evento tinha informações distorcidas. O local das plenárias não tinha estrutura mínima e necessária para o bom funcionamento dos trabalhos. Apenas uma opção de almoço foi ofertada para os representantes governamentais. Quando perguntávamos para a organização do evento sobre hospedagem ou deslocamento dos governamentais éramos excluídos.

MUNICÍPIO: Não informou**DELEGADO** (X)**CONVIDADO** ()**BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -**

Falta de imprensa falada e escrita; Pouca presença dos gestores da política a nível estadual e municipal; Palestrantes que realizam apenas leitura; Grande dificuldade da mesa diretora em direcionar os trabalhos; Informatizar o registro de frequência e os votos na plenária.

MUNICÍPIO: Gaspar**DELEGADO** (X)**CONVIDADO** ()**BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -**

Sugestões:

- Utilizar a tecnologia para controle de entrada e saída dos participantes, obtendo a real

frequencia dos mesmos. Ex.: Código de barra nos crachás.

- Votação eletrônica com aparelhos móveis e individuais demonstrando no vídeo/computador a real quantidade de votos;
- Ampliar divulgação do evento, faltou a imprensa durante o mesmo;
- Organizar momentos específicos e diferenciados para cada grupo de participantes, favorecendo e ampliando discussões e sugestões.

MUNICÍPIO: Barra Velha

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

A temática do eixo 1, foi altamente produtiva. Parabéns ao Sr. Jerônimo e seus colegas que nesta plenária conduziram com extrema sabedoria, como os participantes que muito contribuíram.

MUNICÍPIO: São Bento do Sul

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL-

Conferência deveria ser o espaço para discutir os avanços e dificuldades da área. Não houve espaços para discussões, ideias.

As atividades foram “prontas” e os próprios participantes não mostravam interesse em discutir, mostrando preocupação com horários.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL-

Já participei de várias conferências e esta, infelizmente, foi a mais desorganizada. A equipe do Estado sem experiência para coordenar os trabalhos.

MUNICÍPIO: Não informou.

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Sugiro que os profissionais técnicos que trabalham no evento, tenham mais

capacitação, que atendam as pessoas com respeito que é o que todos merecem; Sugiro ainda para o próximo evento que tenha uma equipe médica de plantão.

MUNICÍPIO: Não informou.

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Falta de comunicação, organizadores despreparados, não sabendo explicar as dúvidas existentes.

MUNICÍPIO: Barra Bonita

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Deve-se dar atenção especial as questões de lanche no que se refere a contemplar a todos, uma vez que somos muitos vegetarianos, e em todos os salgados tinha-se carne. Outra questão é que nós viemos de longe, por exemplo 14 horas de viagem, se torna muito pesado começar a tarde e ir até a noite nos trabalhos, talvez devessem ser revistos os horários.

MUNICÍPIO: Barra Bonita

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Cumprimento do horário dentro da programação quanto ao Regimento Interno. Quanto aos painelistas faltou postura, respeito com os participantes em relação a apresentação dos temas (muita leitura). Sugestão: quanto a organização dos próximos eventos, sugeria a participação e execução da FECAM e de seus técnicos.

MUNICÍPIO: Forquilha

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Tudo bem - a Conferência muito boa. Só que pros não governamentais seria ótimo se fosse feito uma capacitação pra que

estas pessoas voluntárias possam estar mais atualizadas pras Conferências.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Sugiro que seja colocada na coordenação dos eixos temáticos pessoas com domínio de conhecimento como a Dalila. Fico indignada com a falta de organização. A Conferência Municipal foi show perto desta de nível estadual.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

A Conferência de todas que já participei, foi muito desorganizada.

A mesa diretora encontrava-se perdida e confusa na organização prejudicando o processo.

A organização do credenciamento não continha todas as informações básicas para orientação.

Falta de atenção da mesa diretora e cerceamento da fala e acesso a fala em alguns momentos.

Vários descumprimentos do Regimento Interno.

Falta de exposição clara, digitalizada e apresentada em painéis sobre as Moções.

MUNICÍPIO: Itajaí

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL-

Abertura longa por conta de fala inapropriada e alongada das autoridades.

Painéis excelentemente explanados.

Plenária Temática confusa.

MUNICÍPIO: Itajaí

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Com relação a escolha dos eixos temáticos, este poderia ser feito somente após as “Plenárias Temáticas!”.

Não estava claro para a mesa o Regimento, que, por várias vezes foi descumprido.

MUNICÍPIO: Itajaí

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Sistema eletrônico de votação.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO ()

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Sistema de avaliação virtual, digo eletrônico.

MUNICÍPIO: Itajaí

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Votação das propostas, moções, recomendações por sistema eletrônico.

MUNICÍPIO: Itajaí

DELEGADO ()

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

É necessário aplicarmos didática motivacional e preparação dos facilitadores quanto a indicadores (realidade do estado atualizada) para as plenárias temáticas e palestras.

Sistema eletrônico de votação.

MUNICÍPIO: Itajaí

DELEGADO ()

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Falta de ambulância e segurança.

Sistema eletrônico de votação.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Por ser a primeira Conferência Estadual que participei, mas percebi que é muito jogo político, tanto na escala federal quanto na estadual. Mas percebi que a deputada Luciana Carminatti fez um discurso pela honestidade.</p>	
MUNICÍPIO: Joinville	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Todos os esforços para que eventos como este se realizem, requer força de vontade, empenho 100% e acreditar que será real. Parabéns a todos os envolvidos.</p>	
MUNICÍPIO: São Bonifácio	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - Os temas foram pertinentes a Conferência, mas o tempo foi curto para todas as discussões, devido a amplitude dos temas. OBS: Não recebi correspondência referente a data da Conferência, bem como sua localidade. Acessando a internet obtive o local onde aconteceria, além da programação oficial no site da Secretaria.</p>	
MUNICÍPIO: Jaraguá do Sul	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
<p>BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- Faltou responsabilidade, comprometimento, educação por parte dos responsáveis pela Conferência. Estrutura, local dos painéis, melhor. Comprometimento, entendimento pelas necessidades.</p>	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Mediadores mais qualificados e menos formadores de opinião (teve mediadora tendenciosa e mal educada).

Faltou seguir rigorosamente o Regimento Interno e faltou mencionar se as mediadoras poderiam ou não votar.

Faltou organização.

Detestável a leitura de slides em apresentações.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Os temas foram excelentes, mas se estenderam demais, principalmente no primeiro dia, pois muita gente veio de longe, precisava descansar para estar em melhores condições no dia seguinte (muitas horas ouvindo, mesmo interagindo). Deveria terminar no máximo as 19 horas, creio que o aproveitamento seria melhor ainda!

Faltaram microfones nas salas, realização dos eixos em pequenos grupos dentro de salas e finalização no grande grupo do eixo.

A aprovação do Regimento Interno deveria ser no início da abertura, respeitando o horário.

MUNICÍPIO: Lages

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

No primeiro dia enquanto estava sendo aprovado o Regimento Interno, o transporte para os hotéis distantes saiu antes do final da aprovação, e com isso várias pessoas foram prejudicadas tanto com relação ao certificado quanto à inscrição para a Conferência Nacional.

MUNICÍPIO: Itajaí

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Como sugestão, solicito que na próxima Conferência os eixos sejam escolhidos após as

palestras. Também sugiro que as equipes de equipes trabalho que conduzem os temas sejam melhor informadas, orientadas quanto ao assunto a ser abordado.

MUNICÍPIO: Chapecó

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Plenária Final faltou maior formação e esclarecimento com organização por parte do monitor dos eixos (alguns) e por parte de coordenação da mesa.

MUNICÍPIO: Braço do Norte

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Do ponto de vista geral, bom. Alguns painelistas deixaram a desejar; a hospedagem no hotel também; o tempo para os debates foram poucos.

Sugestão: encaminhar via site SST ou CEAS, as propostas anteriores ou outros materiais que possam facilitar as plenárias temáticas.

De resto muito bom. Parabéns ao CEAS e a SST.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Conferência é um espaço democrático e de deliberação de propostas para nosso Estado.

Infelizmente senti nossa Conferência mal organizada.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Eixo desorganizado, facilitadores não estavam preparados para o eixo 2.

Mesa coordenadora da Plenária, desorganizada, perdida, desmotivando a participação.

Não foi cumprido os horários.

Nunca fomos em um evento com tanta desorganização, a própria organização divergia

nas abordagens, informações.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - A IX foi uma vergonha para o Estado de SC. Falta de organização, de autonomia para tomar decisões, informações ambíguas, hora uma coisa, hora outra. Descumprimento dos horários, falta de “afetividade” para com os participantes no sentido da acolhida, mesa organizadora despreparada.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL- A organização do evento tem que rever seus interesses com os municípios, porque as pessoas saem dele para participar de uma Conferência e não de uma má organização.	
MUNICÍPIO: Não informou	
DELEGADO ()	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL – 1º- Separação dos colegas: governamental e não governamental em hotéis separados; 2º - A organização foi falha em alguns: materiais, hotéis, assinaturas, pouco horário, temas muito polêmico, tudo muito atropelado, muitas dúvidas. 3º - As salas da Conferência: pequenas, ar ligado não escutava, desligado muito quente. A Conferência e a hospedagem de todos sem extinção deveria ser em um só lugar.	
MUNICÍPIO: Ponte Alta	
DELEGADO (X)	CONVIDADO ()
BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL - 1º - Separação dos colegas governamentais e não governamentais em hotéis diferentes, não achei bom a noite, poderia conversar sobre o Curso; 2º - A organização foi falha em alguns materiais, hotéis, muita assinatura, pouco horário,	

muito atrapalhada, muita dúvida e as salas muito quentes e pequenas.

3º - A Conferência e a hospedagem de todos sem extinção deveriam ser em um só lugar.

MUNICÍPIO: Não informou

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

Sugestão: observar melhor a questão do horário.

Cansativo o primeiro dia da Conferência, principalmente para as pessoas que viajaram a noite inteira de ônibus.

Sugestão: repensar o horário.

MUNICÍPIO: Santa Helena

DELEGADO (X)

CONVIDADO ()

BLOCO 3: AVALIAÇÃO GERAL -

1º- Descumprimento do horário.

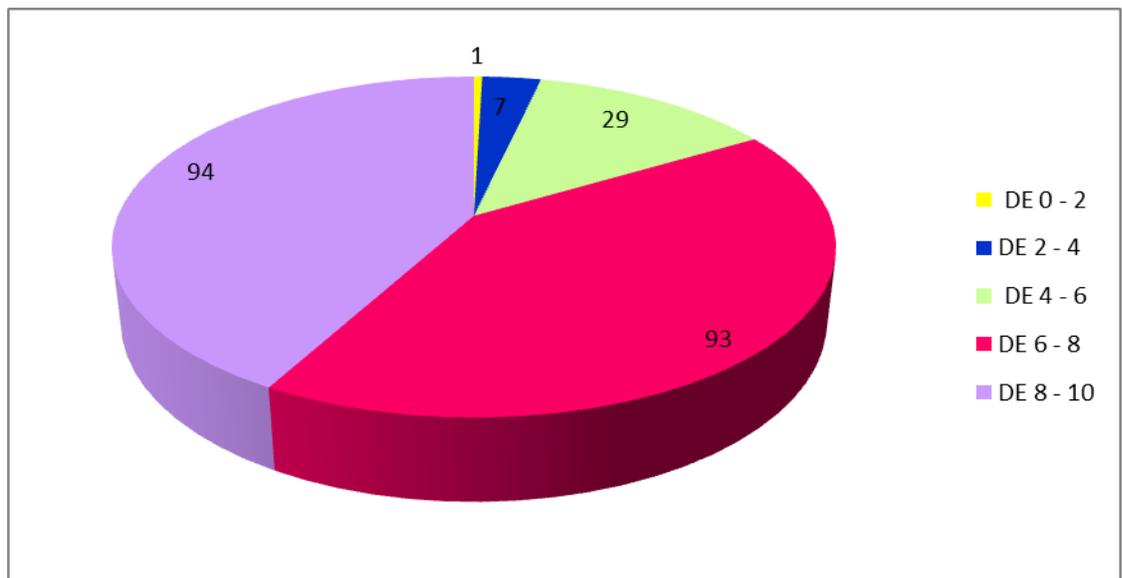
2º- Leitura do Regimento Interno sempre no início;

3º - Melhor aproveitamento dos horários de trabalho considerando o deslocamento do pessoal do extremo-oeste para as capitais.

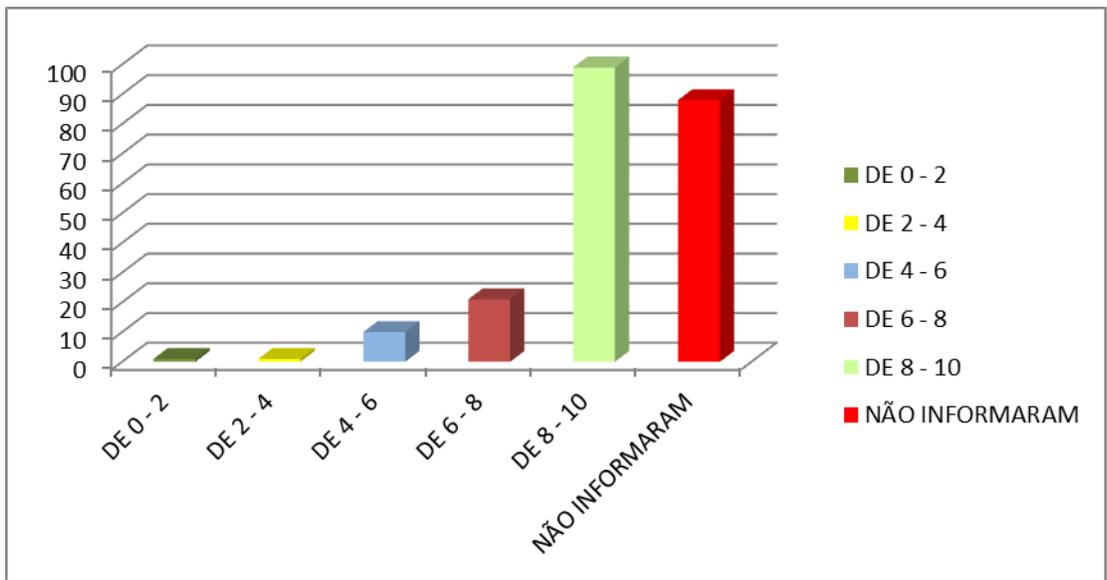
4.2 AVALIAÇÃO QUANTITATIVA

BLOCO 1

Item 1: Manifestação de todos os participantes

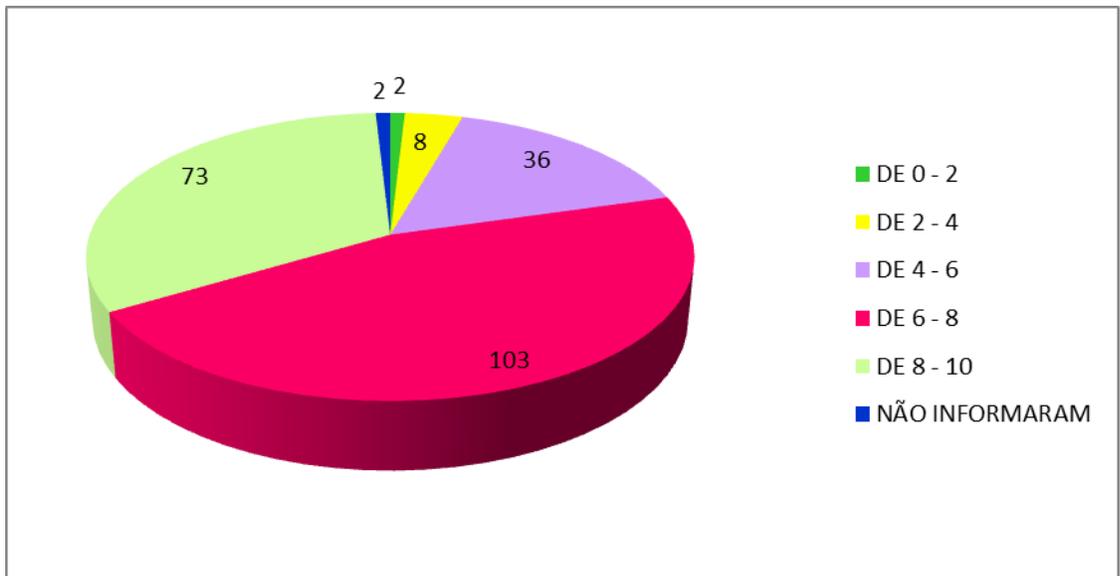


Item 2: Manifestação dos delegados representantes da Sociedade Civil

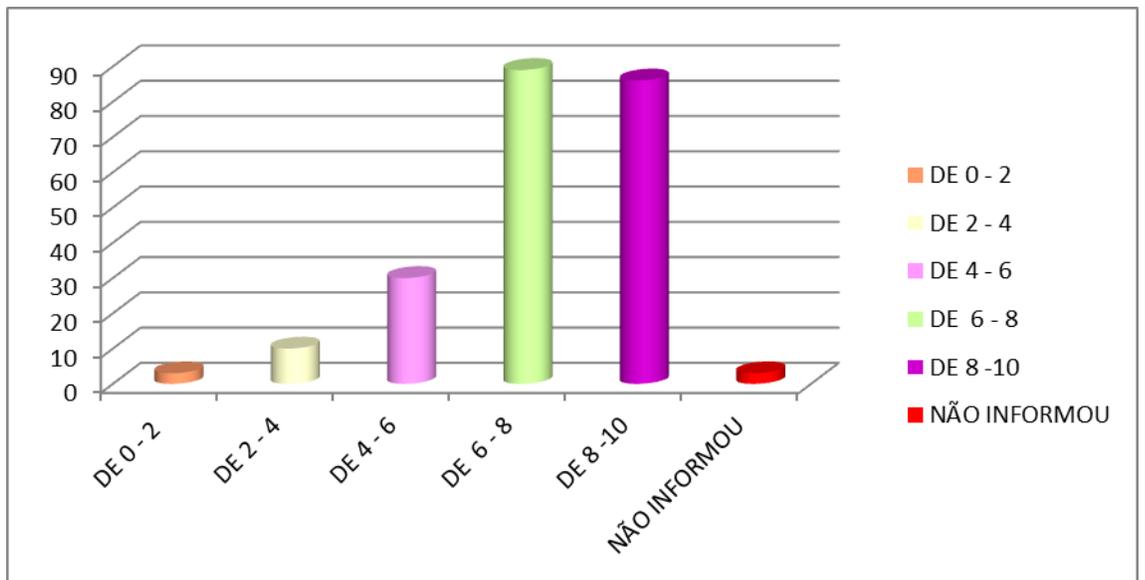


BLOCO 2

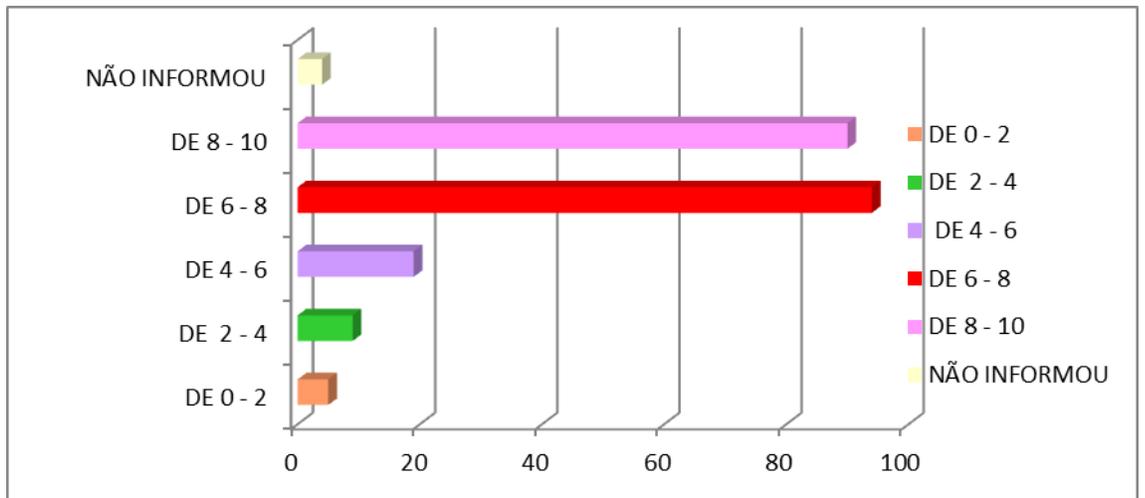
Item 1: Conferência Magna



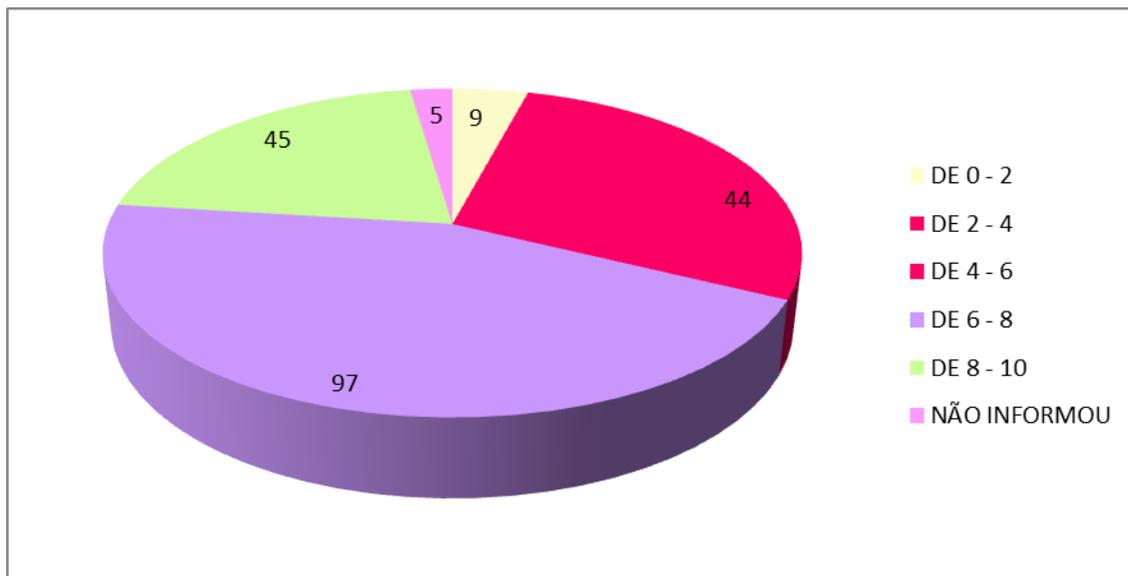
Item 2: Palestra



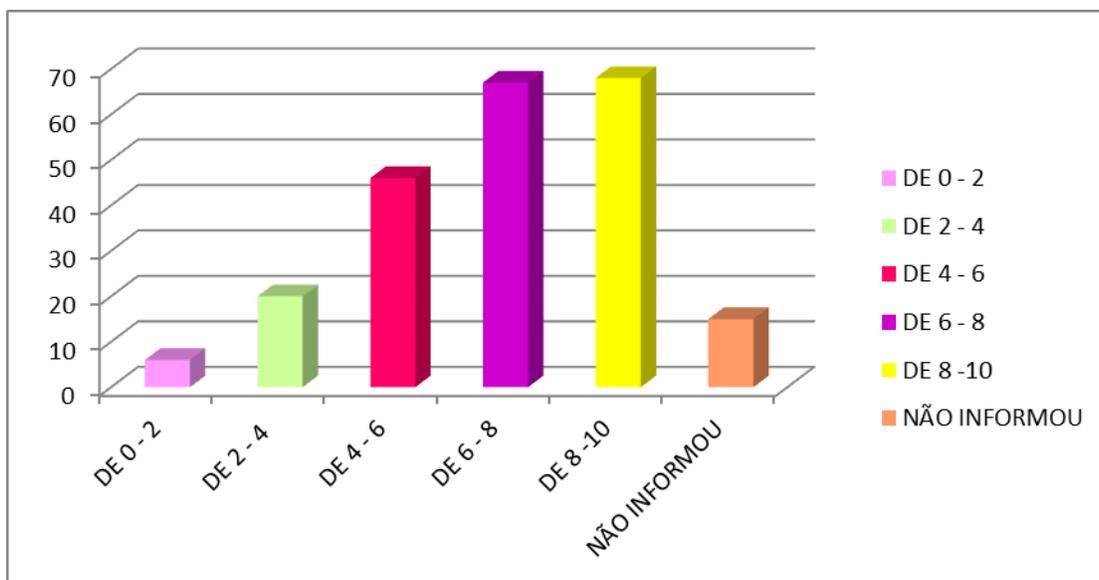
Item 3: Painéis



Item 4: Plenária Temática



Item 5: Plenária Final



Percebe-se pelos dados quantitativos, que a avaliação demonstra que a plenária ficou mais prejudicada, com a atribuição da nota 7,0, na sequência as plenárias temáticas com 7,7. E a atividade da conferência com a melhor avaliação foram os painéis temáticos, com a nota atribuída de 9,0.

5. DELEGADOS PARA A IX CONFERÊNCIA NACIONAL (Âpendice A)

A escolha dos delegados para a IX Conferência Nacional de Assistência Social ocorreu mediante a organização dos participantes por segmento e contou com a coordenação de conselheiros estaduais e/ou indicações do CEAS.

Escolha da representação dos usuários, sob a coordenação de Elizabeth Bahia Spinola Bittencourt Férrer e Marcos César Pinar / Viviane Maria Potie Fernandes e Elizabeth Bahia Spinola Bittencourt Férrer ficou com a seguinte composição:

USUÁRIOS – 13 Titulares	
NOME	VOTOS/MUNICÍPIO
Titulares	
Zélia Guimarães Ferreira Laurentino	28 – São José
Pedro Berlanda	28 - Ascurra
Edelvan Jesus da Conceição	28 - Florianópolis
Marisa Marili Svoboda Idalêncio	28 – Balneário Camburiú
Kátia Cilene Fruclas Gomes	27 – Luis Alves
Lovani Kerkhoff Ceschini	27 – Bom Jesus do Oeste
Roque Heitor Gonçalves	26 – São Bento do Sul
Alceu Kuhn	26 - Chapecó
Maristela Swr d Silva	24 – Trombudo Central
Tiago André Carreira Bento	24 – São José
José Carlos da Rocha Delfino	24 - Joinville
Ângelo Rampelotti	23 – Rio do Sul
Vilmar José Balsan	23 - Blumenau
Suplentes	
Edgar Minatto Scasi	21 - Criciúma
Jurema Cassol Morateli	20 – Águas Frias
José Carlos Barbosa dos Santos	20 – Fraiburgo
Luzia Arminda da Rosa	20 – Florianópolis
Carmem Lúcia dos Santos Fusinato	18 - Timbó
Norberto Orandi Nogaretti	16 - Laguna

Venli Severo	15 – Três Barras
Ivo Andrade de Oliveira	15 - Fraiburgo
Jackson Labes	13 - Blumenau
Loni Soares	12 - Blumenau
Eliane Maria da Silva	04 – Porto Belo

Escolha da representação dos trabalhadores, sob a coordenação de Bruna Floriano/ Renata Nunes e Livia Maria Fontana ficou com a seguinte composição:

TRABALHADORES – 12 Titulares	
NOME	VOTOS/MUNICÍPIO
Titulares	
Janete Maria Ries	27 – São Miguel do Oeste
Rosângela Maria Hüning	23 - Chapecó
Hélio Gonçalves Padilha	21 – Rio Negrinho
Vilmar Miyelski	19 – Canoinhas
Graciele Locks de Oliveira	18 – Laguna
Luciane dos Santos Schmidt Araújo Santos	17 – Itajaí
Maria Claudia Goulart	16 – Florianópolis
Vera Lúcia de Leão	15 - Joinville
Elízia de Fátima Florêncio Pereira	14 – Balneário Arroio do Silva
Iliane Turnes	13 – São José
Kátia Cilene Alexandre	12 – Balneário Camburiú
Janete Kaeto de Oliveira	10 – Catanduvas
Suplentes	
Carlos Magno Kucera Tavares	10 - Urussanga
Cleomara Santana Carraro	09 - Seara
Elaine Pires	07 - Guaramirim
Thays Wayne Gonçalves	05 - Blumenau
Rubia Cristina Valentim Henning	04 - Guaramirim

Escolha da representação das Entidades, sob a coordenação Renata Vieira e Simone Vieira Machado ficou com a seguinte composição:

--

ENTIDADES – 12 Titulares

NOME	VOTOS/MUNICÍPIO
Titulares	
José Carlos Mendes/Associação Palmares de Ilhotinha	29/Peritiba
Edson Eckel/Associação Terapeutica Novo Amanhecer	29/Mafra
João Batista Laurindo/Associação Imbitubense de Pessoas com Deficiência Física	27 - Imbituba
Dirce Monego Dick/APAE de São Carlos	25/Pinhalzinho
José Santiago/APAE Sangão	24/Sangão
Atalávio Vacari/Associação de Apoio as F. Def. Físicos	22 - Balneário Camburiú
Frederico Gums/Integra Jaraguá do Sul	21 – Jaraguá do Sul
Ciro Natã de Faria/Centro de Recuperação Nova Esperança	20 - Blumenau
Elizete Czyzeski/Associação de Síndrome de Down/Associação Amigo do Autista	20 -Joinville
Denise Aparecida Michelute Gerardi/Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB	20 – São José
Rúbia Cristina Kormann Fischer/Ação Social	19 - Guabiruba
Maria Madalena Ferreira/Clube de Mães	18 – Balneário Gaivota
Suplentes	
Silvino Pereira da Silva/Sindicato dos Trabalhadores Rurais	18 – Abelardo Luz
Vera Pereira Moreira/Grupo da Terceira Idade de Bombinhas	16 - Bombinhas
Rita Ebel Lang/Ação Social Guabiruba	15 - Guabiruba
Reinaldo Kozoski/Associação Crianças da Vila Nova	14 – Barra Velha
Délia de Souza/Associação Corpo de Bombeiros	14 - Joinville
José Luiz Back/Pastoral da Criança	13 - Forquilha
Miguel lemos da Luz/Associação dos deficientes Físicos de Araranguá	13 - Araranguá
José Maria Ferreira/Centro Social	10 – Correia Pinto

Cultural Schalon	
Rosilene Barbosa Vicente/Conselho Comunitário	07 – Lauro Muller

Escolha da representação do Conselho estadual de Assistência Social, sob a coordenação de Solange Bueno / Jeronimo Luiz Duarte Maia / Roseane Zacchi ficou com a seguinte composição:

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 4 Titulares	
NOME	VOTOS/MUNICÍPIO
Titulares	
Glorisse Lurdes Beninca	Titular – Secret. Agricultura
Jerônimo Luis Duarte Maia	Titular - SST
Simone Cristina Vieira Machado	Titular - SST
Rosi Voltolini	Titular - FECAM
Suplentes	
Ana Paula Medeiros e Silva Vicente	Suplente - FECAM
Mônica Moraes	Suplente - FCED
Solange Bueno	Suplente - ACIC
Daniel Paz dos Santos	Suplente – Mov. Em Situação de Rua

Escolha da representação Governamental, sob a coordenação de Denise Dela Bruna/ Mônica Alberti Nocera Lipski ficou com a seguinte composição:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL – 35 Titulares	
NOME	VOTOS/MUNICÍPIO
Titulares	
Nanci Cecília de Oliveira Veras	Aclamação - Palhoça
Gláucia Regina Sevegnani	Aclamação - Schoereder
Hélio Barbosa Fontes	Aclamação - Pomerode
Kátia Regina Lazarini Viluert	Aclamação - Timbó
Claudia Regina Zolet Seemann	Aclamação – Lebon Regis
José Antônio Ponciano Neto	Aclamação – Balneário Barra do Sul
Erica Lúcia Schmitt	Aclamação - Blumenau
Luciana Pereira da Silva	Aclamação – São José

Rosiane Fagundes	Aclamação - Sombrio
Sandra Gerusa dos Santos da Silva	Aclamação - Gaspar
Priscila Rosin Gonçalves	Aclamação – Jaraguá do Sul
Carmem Silvia Battistella	Aclamação - Caçador
Juliana Elisabeth Gonçalves Pereira	Aclamação - Itajaí
Jennifer Pugsley Sotto Maior	Aclamação – Porto Belo
Avanei Tomaz de Bitencourt Vieira	Aclamação – Balneário Arroio do Silva
Nádia Mascarello	Aclamação - Joinville
Maqueline de Almeida Flores	Aclamação – Balneário Camoriú
Allan Felipe Melihoretto	Aclamação - Guaramirim
Leliz Lenzi Steiner	Aclamação – Irani
Cristiane Regina Seben	Aclamação - Chapecó
José Amarildo Farias	Aclamação - Lages
Paula Eleutério de Britto	Aclamação - Lontras
Thiago Dambros	Aclamação – Abelardo Luz
Emiliana Vargas	Aclamação – Rio do Sul
Salete Zonta	Aclamação - Seara
Marlice Dreyer	Aclamação - Pinhalzinho
Claudia Elizangela Santos Vieira	Aclamação - Catanduvas
Irirane Machado	13 - Lages
Lisielen Goulart	11 - Joinville
Aline Dreus	11 – São José
Rosemere Furtado de Oliveira Scheffmacher	10 - Lebon Regis
Thaise de Quadros	09 - Gaspar
Natalli Pazini Silva	07 – Balneário Camboriú
Sandra Beatriz Fernandes	07 - Timbó
Leni Batista Tessele	06 - Itajaí
Suplentes	
Gisele Luciani	Aclamação - Blumenau
Renata Paula Garcia Almeida Jordani	Aclamação - Palhoça
Cristian Goulart Machado	Aclamação – Jaraguá do Sul
Maria Goreti de Oliveira Lamera	Aclamação -Caçador
Giana Carla Laikovski	22 - Gaspar
Maria Luiza Cascais Breda	15 – Jaraguá do Sul
Miclele Inácio	15 - Gaspar
Lilian Ceratti	09 - Joinville
Márcia Maria Quintino Luz	08 - Blumenau
Jonatan Pereira	06 - Lages
Maria Salete S. Muller	05 – Luis Alvez
Vera Lúcia Vargas	02 - Lages
Luiz Gonzaga Azzi	01 - Lages
Jeany Eskelsen	00 - Blumenau

6. FOTOS

CD ROOM com todas as fotos da Conferência Estadual de Assistência Social, estão disponíveis no anexo C, deste relatório.



Foto 01 – Abertura da Conferência
Fonte: arquivo da EGEM, 2013



Foto 02 – Plenária Final
Fonte: arquivo da EGEM, 2013



Foto 03 – Plenária Final – votação das deliberações e propostas novas
Fonte: arquivo da EGEM, 2013



Foto 04 – Plenária Final – articulação para a eleição dos delegados
Fonte: arquivo da EGEM, 2013



Foto 05 – Delegados eleitos para a IX Conferência Nacional de Assistência Social
Fonte: arquivo da EGEM, 2013



Foto 06 – Delegados eleitos para a IX Conferência Nacional de Assistência Social
Fonte: arquivo da EGEM, 2013

7. ÂPENDICES E ANEXOS

ANEXO A – CD Room com Documentos do CEAS

ANEXO B - CD ROOM contendo as apresentações gerais

ANEXO C – CD Room contendo as fotos

ANEXO D – Moções da IX Conferência Estadual de Assistência Social

ANEXO A – CD Room com Documentos do CEAS

ANEXO B - CD ROOM contendo as apresentações gerais

ANEXO C – CD Room contendo as fotos

ANEXO D – Moções da IX Conferência Estadual de Assistência Social

**MOÇÕES APROVADAS
PELA PLENÁRIA FINAL DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

MOÇÃO REPROVADA
PELA PLENÁRIA FINAL DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL